

Áreas protegidas, turismo e percursos pedestres. O perfil do pedestrianista na Serra da Lousã (Portugal)

Bruna Cordeiro* Luiz Alves**

Universidade de Coimbra (Portugal)

Resumo: Os modelos de gestão das áreas protegidas têm procurado promover uma gestão integrada dos vários usos que têm na sua génese, sendo a conservação e cumprimento das funções ambientais cruciais para a manutenção e preservação de ecossistemas e habitats. Entre as tendências mais proeminentes, sobretudo nas últimas décadas, a atividade turística e de lazer nas áreas protegidas e/ou classificadas apresenta um especial destaque nas “novas” funções que estes espaços têm registado, com especial destaque para aquelas que se enquadram nos segmentos de turismo de natureza e ativo, com baixas emissões de carbono e com públicos, tendencialmente, mais consciencializados e com maior literacia ambiental. Considerando que os percursos pedestres e a prática de pedestrianismo se encontram entre as infraestruturas e práticas com maior difusão e importância na generalidade das áreas protegidas a nível mundial, a presente investigação assume como principais objetivos conhecer o perfil dos pedestrianistas que visitam o trilho PR1 GOI (Serra da Lousã, Portugal) e compará-lo com os resultados obtidos em outros estudos realizados no quadro da literatura científica internacional. Os dados obtidos através de inquérito por questionário aplicado por Cordeiro (2017) aos pedestrianistas, permitem concluir que o perfil identificado se encontra em linha com o descrito em outros estudos, destacando-se uma distribuição homogénea por género, com idade compreendida entre 18 e 35 anos e ensino superior completo, apresentando como principal motivo para a realização do percurso o contacto com a natureza, e realizando a atividade, predominantemente, em grupo. Em síntese, é possível aferir a importância do conhecimento dos perfis, práticas e motivações dos pedestrianistas, para que os agentes de desenvolvimento dos territórios (públicos e privados) possam adequar as suas estratégias de atuação e planeamento da atividade turística.

Palavras-chave: Áreas protegidas; turismo; percursos pedestres; pedestrianismo; Serra da Lousã.

Protected areas, tourism and hiking trails. The hiker's profile in Serra da Lousã (Portugal)

Abstract: The management models of protected areas have sought to promote an integrated management of the various uses directed at conservation and maintenance of crucial environmental functions for their ecosystems and habitats. Among the most prominent trends, especially over the last few decades, tourism and leisure activities in protected and / or classified areas have placed “new” demands on these areas, especially for low-carbon, low-intensity activities such as nature and active tourism, where the tourists tend to be more environmentally-friendly and aware. Considering that hiking trails and the practice of hiking are among the most popular and important activities in protected areas worldwide, the present research is aimed at identifying the typical profile of hikers visiting the PR1 GOI trail (Serra da Lousã, Portugal) and comparing it with the results obtained in other studies carried out within the framework of international scientific literature. The data obtained through a questionnaire survey applied by Cordeiro (2017) to hikers, allowed us to conclude that the identified profile is in line with those described in other studies, with a homogeneous distribution by gender, with ages between 18 and 35 and complete higher education, presenting contact with nature as the main reason for carrying out the trail, and carrying out the activity, predominantly, in groups. In summary, the importance of knowing the profiles, practices and motivations of hikers is crucial for development agents (public and private) to adapt their strategies for action and planning of tourist activity accordingly.

Keywords: Protected areas; tourism; hiking trails; hiking; Serra da Lousã.

* Universidade de Coimbra (Portugal); E-mail: bc2159@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-2925-6814>

** Universidade de Coimbra (Portugal); E-mail: caloirinho_2008@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-0227-3497>

1. Introdução

As áreas naturais protegidas, que representam cerca de 15% da área terrestre e 3,4% da área marinha do nosso planeta, com abrangência de cerca de duzentos países (Worboys, 2015), cumprem importantes funções ambientais, como a manutenção da biodiversidade, alojamento de um grande número de espécies de fauna e flora (Carvalho & Alves, 2020a); mas, também, numa vertente mais social, como áreas fundamentais para o desenvolvimento da crescente procura das práticas associadas às atividades de lazer e desportivas nas áreas rurais (Fariás & Monserrat, 2014).

Estes territórios assumem-se como uma importante fonte de inspiração e destino para milhões de pessoas no mundo todos os anos (Carvalho & Alves, 2020a), sendo fundamentais para a conservação da natureza, e de grande importância social e cultural para muitas comunidades (Worboys, 2015).

Nas últimas décadas tem-se verificado um crescimento da prática de atividades de lazer e turismo nos espaços naturais protegidos, não só em Portugal, mas na generalidade dos países a nível mundial, com um aumento considerável do uso recreativo das áreas naturais (Balmford *et al.*, 2009; Faria & Monserrat, 2014; Monz *et al.*, 2010; Newsome, Moore & Dowling, 2013).

Nessa senda, entre os territórios de eleição para a prática de pedestrianismo encontram-se, invariavelmente, as áreas protegidas. Anualmente, mais de 100 milhões de pedestrianistas são atraídos pelas áreas naturais em todo o mundo (Burtscher & Ponchia, 2010). Da mesma forma, os percursos pedestres são as mais importantes infraestruturas das áreas protegidas (Cordell *et al.*, 1995; Marion & Leung, 2001; Marion & Wimpey, 2007; Ocaña *et al.*, 2013; Sarmiento, 2012; Tomczyk & Ewertowski, 2013).

De igual modo, os territórios de montanha, pelas suas especificidades, têm representado um papel importante no desenvolvimento do pedestrianismo. O pedestrianismo é uma das principais motivações do turismo de montanha na Europa (Instituto de Turismo de España, 2008). Tendo como exemplo o caso de Espanha, os Alpes recebem cerca de 10 milhões de pedestrianistas por ano, os Pirinéus e os Picos da Europa são destinos de referência, com uma ampla oferta de possíveis percursos pedestres, com bons suportes de informação, traduzidos em várias línguas, serviços de guia, e estruturas de apoio, como alojamento e abrigos, nas proximidades dos percursos (Instituto de Turismo de España, 2008).

De acordo com Torbidoni (2011), outros trabalhos desenvolvidos em Espanha revelam que mais de 60% dos visitantes das áreas protegidas estudadas praticam alguma atividade física ou desportiva durante a visita, sendo o pedestrianismo a mais popular (45%).

Um estudo desenvolvido por Fariás & Monserrat (2014), no parque natural de Alt Pirineu (Catalunha), revela que dos 1600 inquiridos que realizaram atividades recreativo-desportivas, 436 eram pedestrianistas (27,3%); 18,1% excursionistas e 12,4% coletavam cogumelos.

A investigação apresentada por Kil *et al.* (2014), desenvolvida nos Estados Unidos da América, com 199 inquéritos completos entre 2011 e 2012 no *Florida National Scenic Trail*, sobre as relações estruturais entre atitudes ambientais, motivações de recreação e comportamento ambientalmente responsável, revelou que 70% dos entrevistados visitaram o local com o objetivo de realizar atividades de pedestrianismo.

Um trabalho desenvolvido sobre o perfil do turista de aventura no Perú (Seminario, 2008), revela que realizar *trekking*/pedestrianismo, sobretudo o Caminho Inca, é a principal motivação, em 37% dos inquiridos, para visitar o país.

No Brasil, numa análise exploratória desenvolvida no Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado (Belo Horizonte), revela que 40% do total de visitantes que utilizam o parque o fazem por motivo de lazer e diversão, entre as quais se enquadra a caminhada (Bruno *et al.*, 2011).

Considerando a importância crescente que o turismo tem assumido na valorização dos territórios classificados e/ou protegidos, nomeadamente através de atividades de turismo de natureza e ativo com baixas emissões de carbono, torna-se imperativo conhecer o perfil e motivações de utilizadores que procuram estes territórios, sendo uma ferramenta crucial para orientar políticas e estratégias públicas mas, também, para que os operadores turísticos possam adequar os seus produtos e serviços ao mercado da procura.

Desta forma, a presente investigação, tendo por base o trabalho mais abrangente e orientado para perceção sobre biodiversidade e plantas invasoras desenvolvido por Cordeiro (2017), assumindo-se como uma análise exploratória, apresenta como principal objetivo conhecer o perfil do pedestrianista que procura o percurso pedestre PR1 GOI – Rota das Tradições do Xisto, integrado no Sítio da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã, e comparar os resultados com o perfil identificado para este segmento em outros estudos de referência internacionais.

2. Pedestrianismo: do lazer ao turismo

O turismo é uma das atividades motoras da economia-mundo e um fator impulsionador e facilitador da globalização (Cavaco & Simões, 2009; Sharpley, 2009), com repercussões de várias índoles em contextos geográficos diversos. A exemplo dessa relevância primordial basta analisar a quebra de receitas no setor turístico provocada pela pandemia de Covid-19, com enormes repercussões na economia global, sobretudo nos países fortemente dependentes do turismo como Portugal.

No seio das atividades de turismo e lazer, o pedestrianismo, definido como um nicho de turismo (Fennell, 2008; Weaver, 2006), apresenta-se como uma das principais práticas por todo o Mundo, gozando de uma grande popularidade e em crescimento (Hall & Page, 2006; Kastenholz & Rodrigues, 2011; Lane, 1999; McNamara & Prideaux, 2011; Pearce & Butler, 2005), com especial vinculação às áreas naturais protegidas (Faria & Monserrat, 2014; Fennell, 2008; Newsome, Moore & Dowling, 2013; Weaver, 2006).

No quadro de desenvolvimento do turismo de natureza, onde podemos incluir o turismo de passeio pedestre, no contexto europeu, tem apresentado um crescimento constante, sendo que a sua importância “é hoje considerado como um desafio ao desenvolvimento local (...) passando da categoria de um lazer informal para uma verdadeira ação turística, potencialmente geradora de benefícios a nível local” (Kouchner & Lyard, 2001:5).

O pedestrianismo, conhecido como a prática de andar a pé em trilhos sinalizados, através de caminhos tradicionais em diversos domínios de paisagem (do meio rural às cidades, desde o interior ao litoral) é uma atividade que tem vindo a ganhar um número crescente de praticantes (Carvalho & Alves, 2020b; Tovar, 2010), conforme tem sido revelado por diversos relatórios e estudos desenvolvidos à escala internacional.

A *Outdoor Industry Association*, em 2018, apresentava um relatório que demonstrava o peso do turismo e lazer ao ar livre nos Estados Unidos da América, que terá gerado 887000 milhões de dólares americanos e suportado 7,6 milhões de empregos (Joyner *et al.*, 2018).

Os dados trazidos por Kouchner & Lyard (2001) demonstram que, para além desta atividade estar em forte expansão em todos os países, o pedestrianismo envolve cerca de 3 milhões de praticantes em Itália e França, 10 milhões no Reino Unido e 30% dos suecos dedicam-se ao passeio em florestas ou caminhos rurais. De igual modo, o pedestrianismo apresenta-se como o principal segmento do turismo de montanha na Alemanha, país onde este se assume como a principal atividade de ar livre de maior tradição, com 34 milhões de alemães a percorrer percursos pedestres nos períodos de lazer e/ou férias (Instituto de Turismo de Espanha, 2008).

No caso de Portugal, o desenvolvimento do pedestrianismo e dos percursos pedestres é relativamente recente, apontando-se a década de 90 (século XX) como uma referência incontornável neste domínio, com a divulgação das normas de marcação, a sinalização dos primeiros percursos, a edição das primeiras publicações e o incremento da organização destas atividades (Rodrigues, 2004; Tovar, 2010). Desta forma, de acordo com a informação disponibilizada pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP), “Portugal dispõe de 267 percursos pedestres aprovados, com uma extensão aproximada de 3760 quilómetros, a maioria de pequena rota” (Carvalho & Alves, 2020b).

Considerando a totalidade dos percursos pedestres homologados, Tovar (2010) conclui que os concelhos em que existe maior número de quilómetros de percursos homologados, com mais de 80 quilómetros de percursos, se situam em áreas de grande interesse natural (com estatutos de proteção nacional e internacional).

3. O perfil do pedestrianista

A nível internacional existem diversos estudos que analisam e traçam o perfil do pedestrianista, sobretudo com abordagens de escala regional. O trabalho desenvolvido por Farias & Monserrat (2014), no parque natural de Alt Pirineu (Catalunha), onde 27.3% dos inquiridos correspondiam a pedestrianistas, revela o peso do nível de formação académica de grau superior (58.7%). No geral visitam o parque em grupo (35.5%), e correspondem a um dos utilizadores do parque que geram maior impacto económico no território, no que concerne ao alojamento (mais de 61% utiliza alojamento pago), sendo os hotéis e parques de campismo os alojamentos mais requisitados (21.9% e 21.3%, respetivamente). Por sua vez, 18.1% acede ao parque através de deslocação pedonal, e apontam como principais motivações de visita: estar em contacto com a natureza (30.2%), a possibilidade de realizar algum tipo de atividade física

(20.1%) ou relaxar e descontraír (14%). É igualmente relevante a época do ano escolhida para visitar o parque, verificando que 42% dos inquiridos o fizeram no mês de agosto.

Um estudo desenvolvido nas áreas protegidas da Catalunha, complementar ao explorado anteriormente, revela resultados muito próximos no que concerne ao perfil do pedestrianista: 61.2% dos inquiridos são do sexo masculino, a média de idade ronda os 45 anos (33.3% entre 32 e 41 anos), empregados (54.9%), com ensino superior completo (52%) e com residência permanente na mesma província da área protegida visitada (64.8%) (Torbidoni, 2011).

A pesquisa desenvolvida por Lynn & Brown (2003), que estudaram o efeito dos impactos do uso recreativo na experiência de caminhada em áreas naturais, em Starkey Hill (Canadá), concluíram que o pedestrianista “típico” tem entre 18 e 83 anos de idade, com uma média a rondar os 38 anos. Nesta pesquisa, 85% dos pedestrianistas tinham formação com ensino superior completo.

Com uma amostra recolhida na República Checa, Antoušková *et al.* (2014), concluíram que 52.9% dos pedestrianistas selecionam o trilho de acordo com a paisagem que o envolve; 17.6 pela floresta circundante; 10.2% por objetos concretos dispostos ao longo do trilho; 7.3% pela localização de início e término do caminho; 5.8% pelo comprimento e 4.4 pela acessibilidade. Nas quatro áreas de paisagem protegida selecionadas para o estudo, a análise dos 443 inquiridos aplicados permitiu concluir que: há o dobro de homens em relação às mulheres no que concerne à realização de atividades desportivas, 62.3% dos pedestrianistas têm ensino médio e/ou universitário completo, a média de idades é de 32.8 anos.

Um trabalho publicado em França, em 2008, pela *Fédération Française de la Randonnée Pédestre*, avançava que dois em cada três franceses eram adeptos de caminhada, e 23% praticam este lazer de forma regular, sendo que as motivações divergem consoante a idade. Assim, aqueles com idade próxima dos 35 anos consideram a caminhada num contexto de descontração e para fugir ao *stress*. Por outro lado, aqueles com idade superior a 65 anos de idade, encaram a caminhada como uma maneira de manter a boa forma física sem que para isso seja necessários despendem um esforço físico intenso.

Em Portugal, o único trabalho conhecido que aborda esta questão, é apresentado por Rodrigues (2004), através da aplicação de inquiridos em seis percursos pedestres de diversas regiões (Arouca, Serra da Estrela, Borba, Peneda-Gerês, São Jacinto, Buçaco), com um total de 200 inquiridos. Os resultados obtidos apontam, para uma proporção semelhante na distribuição dos pedestrianistas por género: 50.3% do sexo masculino e 49.7% do sexo feminino. Relativamente à distribuição por faixa etária, a maioria dos inquiridos (69.7%) apresenta entre 25 e 54 anos, registando poucos inquiridos com mais de 55 anos de idade. Por sua vez, 54.3% da amostra frequentou o ensino superior ou o ensino secundário (41.3%). A análise aos inquiridos de nacionalidade estrangeira, revela que, quanto ao país de origem dos pedestrianistas, 98% provêm da Europa, sendo a única exceção o Brasil (2%).

Em síntese, o perfil dos pedestrianistas identificados através de diversos estudos de referência, observa uma tendência de convergência, transversal a latitudes e contextos geográficos muito diversos, sendo que a importância dos recursos patrimoniais, com especial ênfase dos ativos naturais, apresentam-se como principal motivação para a escolha do destino para a realização da prática de pedestrianismo.

4. Materiais e Métodos

A breve caracterização do perfil do pedestrianista português resulta dos dados obtidos por Cordeiro (2017) que, na sua dissertação de mestrado, procurou analisar a perceção social sobre biodiversidade e plantas invasoras, tendo para o efeito selecionado o percurso pedestre (homologado e registado) PR1 GOI “Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Rota das Tradições do Xisto”, na Serra da Lousã, como área amostra do seu estudo. A opção por este trilho teve por base um conjunto de fatores preponderantes, como sejam o facto de ter sido um dos primeiros percursos pedestres na Serra da Lousã (Carvalho & Amaro, 1996), ser um dos mais utilizados [só em 2015, pelo menos 677 pedestrianistas realizaram o percurso, sendo que muitos não são registados (Alves, 2018)] e por, culturalmente, ter uma história local relevante na ligação pedonal entre as atuais quatro Aldeias do Xisto de Góis (Cordeiro, 2017).

O percurso pedestre PR1 GOI (Figura 1) situa-se no setor Norte da Serra da Lousã (Alves & Carvalho, 2014), na Região Centro de Portugal (Figura 2). Integrado na Rede de Percursos Pedestres do Programa das Aldeias do Xisto e na Rede de Percursos Pedestres do concelho de Góis, liga as quatro Aldeias do Xisto de Góis (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena).

**Figura 1: Patrimónios percorridos pelo percurso pedestre PR1 GOI
(a - Penedo dos Corvos, 2018; b - Aigra Velha, 2018;
c - pedestrianistas, Aigra Velha, 2017; levada, Pena, 2017).**



Fonte: Autores.

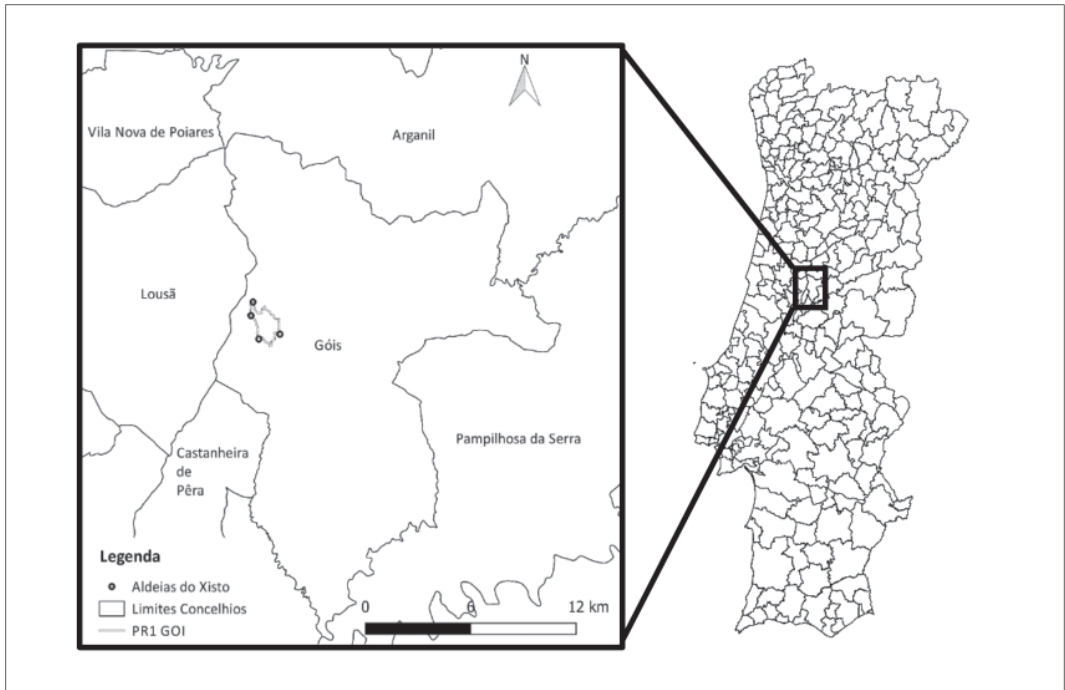
O PR1 GOI encontra-se na sua totalidade no Sítio de Importância Comunitária Serra da Lousã PTCON0060 (Rede Natura 2000) e em parte numa Zona de Intervenção Florestal (ZIF) e no Perímetro Florestal de Góis (PFG).

A metodologia adotada para recolha de dados baseou-se num dos instrumentos mais utilizados nas ciências sociais para aquisição de informação sobre atitudes e comportamentos, os inquéritos por questionário, neste caso aplicados a pedestrianistas utilizadores do percurso pedestre objeto de estudo.

O inquérito por questionário foi adaptado ao público-alvo e ao método utilizado para a sua realização (em papel e *online*), com linguagem e questões simplificadas adaptadas à generalidade. Incluíram-se diferentes tipos de questões (de seleção de uma ou várias opções, e nominais) ou de resposta curta. De forma prévia à sua aplicação, os inquéritos (*online* e em papel) foram testados numa amostra de sete indivíduos, com o intuito de avaliar a clareza e facilidade de resposta às perguntas incluídas.

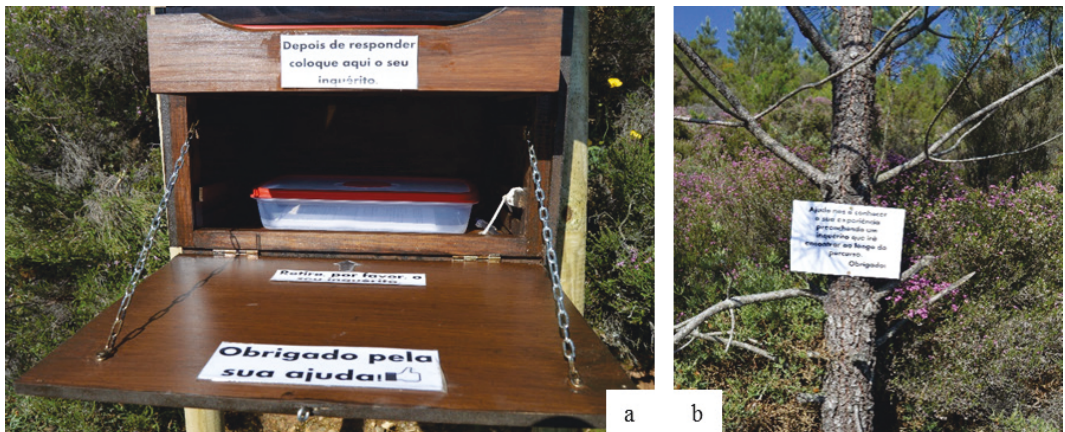
Os inquéritos foram disponibilizados em português uma vez que o público-alvo eram cidadãos portugueses e o número de pedestrianistas estrangeiros no PR1 GOI é reduzido. Considerando o objetivo mais abrangente da investigação desenvolvida por Cordeiro (2017), o instrumento de recolha de dados apresentava um conjunto mais amplo e complexo de questões (subdivido em cinco secções) sendo que, nessa reflexão, apenas consideraremos as questões que permitem analisar o perfil do pedestrianista.

A metodologia para a realização e coleção dos inquéritos foi adaptada tendo em conta a especificidade do percurso pedestre, a partir de uma técnica inovadora e inexplorada em Portugal. A disponibilização dos inquéritos aos pedestrianistas foi realizada através de uma caixa colocada num local específico do percurso PR1 GOI (Figura 3a), durante cerca de um ano. Em média, procedeu-se à recolha dos inquéritos respondidos e colocação de novos, com uma periodicidade de duas vezes por mês. Foi instalado um aviso a cerca de 100 metros antes da localização da caixa, alertando para a existência da mesma (Figura 3b). O local

Figura 2: Enquadramento geográfico do PR1 GOI, localizado no concelho de Góis.

Fonte: Cordeiro, 2017:16.

escolhido foi selecionado criteriosamente: não possui utilidade como estrada florestal nem como acesso a propriedades, sendo utilizado apenas pelos pedestrianistas, com o intuito de evitar atos de vandalismo; como o percurso é circular a passagem pelo local era obrigatória; este local é próximo do final do percurso para os praticantes que iniciam a caminhada na aldeia de Aigra Nova, o ponto inicial mais frequente.

Figura 3: Caixa (a) e aviso (b) instalados para recolha de inquéritos aos pedestrianistas no PR1 GOI.

Fonte: Cordeiro; 2017:64.

Como refere Cordeiro (2017:63), a “seleção deste método indireto de recolha de informação foi feita depois da análise de diferentes metodologias (Backlund *et al.*, 2006; Fredman *et al.*, 2006; Boller *et al.*, 2010; Reis *et al.*, 2013; Stefanica & Butnaru, 2015; Lindemann – Matthies, 2016), de forma a dar resposta à falta de infraestruturas ao longo do percurso onde fosse possível a colocação de inquéritos e à dificuldade de abordar diretamente o pedestrianista após a concretização do percurso”.

Uma vez que se desconhecia como seria a adesão do público português ao método anterior, optou-se, igualmente, por disponibilizar os inquéritos via *online* através do preenchimento de formulários do *Google Forms*. A difusão *online* de inquéritos é um dos métodos mais utilizados atualmente (Selm & Jankowski, 2006). A sua divulgação (durante cerca de um ano) foi concretizada através de plataformas direcionadas a pedestrianistas, nomeadamente nas redes sociais em grupos específicos para este público, *blogs* de caminheiros, entre outras, para apenas quem já tivesse realizado o PR1 GOI.

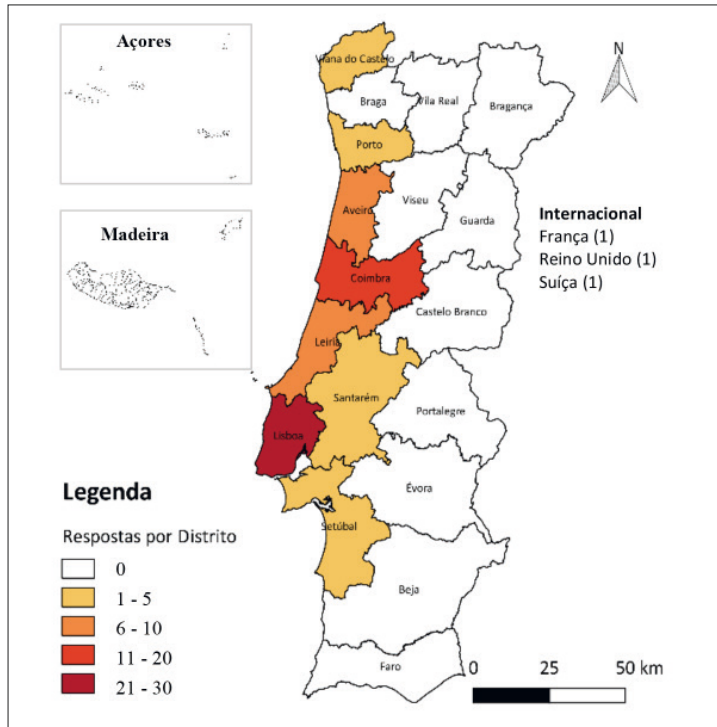
5. Resultados e Discussão

Relativamente à amostra constituída por pedestrianistas que utilizaram o percurso pedestre PR1 GOI na Serra da Lousã, foram recolhidos 84 inquéritos (69 obtidos através da caixa colocada no PR1 GOI e 15 via *online*). Destes, foram excluídos 13 inquéritos por apresentarem muitas questões não respondidas (todos eles obtidos através da caixa), tendo sido no total analisados 71 inquéritos.

Do total de inquiridos a maioria era de nacionalidade portuguesa (93%). Relativamente à distribuição geográfica dos pedestrianistas inquiridos, o distrito de Lisboa destacou-se como o território com maior número de respostas (38%), seguido de Coimbra (18%), Leiria (10%) e Aveiro (8%) (Figura 4).

Cerca de metade dos inquiridos pertence ao género feminino (51%), com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos e com educação de nível superior (Tabela 1), na maioria sem formação em áreas disciplinares relacionadas com ambiente (77%). De forma geral os inquiridos não faziam parte de nenhuma organização ambiental (87%).

Figura 4: Distribuição geográfica dos inquiridos.



Fonte: Cordeiro, 2017:66.

Tabela 1: Caracterização dos inquiridos. Fonte: Cordeiro; 2017:67.

Género	
Masculino	39%
Feminino	51%
Não responde	10%
Idade	
≤17	4%
18-35	41%
36-45	21%
46-65	21%
≥66	3%
Não responde	10%
Habilitações literárias	
Ensino Básico	4%
Ensino Secundário	23%
Ensino Superior	62%
Outra	1%
Não responde	10%

O contacto com a Natureza foi indicado como o principal motivo para realizar o percurso pedestre PR1 GOI (31%). Como principais atividades efetuadas predominou o pedestrianismo. O percurso foi realizado principalmente em grupo, com a família (48%) ou amigos (38%) e a maioria dos pedestrianistas sabia encontrar-se na Serra da Lousã (92%).

Os resultados alcançados, embora com algumas limitações metodológicas, sobretudo pela reduzida dimensão da amostra, que não pode ser extrapolada para todo o território da Serra da Lousã – fruto da sua grande amplitude e heterogeneidade da oferta existente, permitem confirmar o alinhamento do perfil do pedestrianista inquirido no percurso pedestre PR1 GOI, com o perfil do pedestrianista português identificado em outros trabalhos. De facto, o número de pedestrianistas do sexo feminino e masculino é semelhante, sendo que um número significativo de inquiridos tem menos de 35 anos e possui formação superior (Kastenholz & Rodrigues, 2007; Rodrigues, 2005).

Os principais territórios de proveniência dos pedestrianistas inquiridos é revelador da importância dos centros urbanos na dinamização dos percursos pedestres em contexto rural e/ou de montanha, nomeadamente da área metropolitana Lisboa e das cidades de média dimensão da região Centro (Coimbra, Leira e Aveiro) que, por proximidade geográfica, encontram na Serra da Lousã um local atrativo para a prática de pedestrianismo.

Não menos importante, em investigações futuras, será compreender a importância que o pedestrianismo apresenta no consumo de alojamento no território. Em outros casos, como em França, a *Tourisme en Bourgogne* (2009), indicava que cerca de 20% das estadias eram motivadas pela prática de pedestrianismo.

A importância do património natural enquanto recurso preponderante na escolha dos territórios por parte dos pedestrianistas, como observado em outros estudos de referência, é igualmente observado na área amostra estudada, onde o contacto com a natureza se apresentou como principal motivação para a realização do trilha pedestre (Kouchner & Lyard, 2001; Bruno *et al.*, 2011; Antoušková *et al.*, 2014; Farias & Monserrat, 2014).

Este indicador é relevador da atratividade que os territórios protegidos e/ou classificados apresentam no quadro de desenvolvimento turístico (Newsome *et al.*, 2013; Carvalho & Alves, 2020a), bem como a necessidade de alocar medidas de salvaguarda e conservação desse património.

A notoriedade da Serra da Lousã no quadro da oferta de infraestruturas de turismo e lazer (Alves, 2018), nomeadamente no que diz respeito às atividades de pedestrianismo e, em especial, por se

apresentar como a principal porta de entrada do produto turístico “Aldeias do Xisto”, é atestada pela elevada percentagem de pedestrianistas que indicou saber encontrar-se na Serra da Lousã.

6. Considerações finais

A crescente importância das áreas protegidas e/ou classificadas reflete-se na abundância de investigações, de diversos quadrantes científicos, bem como nas políticas e programas públicos que procuram dinamizar e fomentar o desenvolvimento dos territórios onde se inserem, capitalizando os fluxos de procura originados pelas atividades de lazer e turismo, sobretudo das modalidades e/ou segmentos com baixas emissões de carbono, que proporcionem o contacto com a natureza e a vivência de experiências de grande valor simbólico.

Entre estas, os percursos pedestres e a prática de pedestrianismo destacam-se como as principais infraestruturas e atividade de lazer/turismo integradas nas áreas protegidas e/ou classificadas, um pouco por todo o mundo, de forma cimentada e adquirindo um estatuto privilegiado na estruturação da oferta turística dos territórios nelas integrados sendo, por isso, crucial conhecer e estudar o perfil, práticas e motivações dos pedestrianistas que procuram estas áreas de grande valor natural.

Quanto a outras características do perfil identificadas, em comparação com os estudos de referência nacionais e internacionais, referenciados neste artigo, é possível concluir o alinhamento geral com a grande maioria dos padrões identificados relativamente aos pedestrianistas (Antoušková *et al.* 2014; Farias & Monserrat, 2014; Torbidoni, 2011; Tourism British Columbia, 2009; Tourisme en Bourgogne, 2009).

Por fim, a própria relevância do pedestrianismo enquanto infraestrutura de turismo e lazer nas áreas protegidas e/ou classificadas (Farias & Monserrat, 2014) é comprovada através desta amostra, sendo o pedestrianismo a principal atividade que se encontravam a realizar no momento do preenchimento do inquérito e sabendo estar a fazê-lo na Serra da Lousã, integrada na Rede Natura 2000.

Bibliografia

- Alves, L. 2018. Da Produção à Fruição - As Trajetórias do Espaço Rural em Portugal. O Caso das Aldeias do Xisto de Góis (Serra da Lousã). *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, n. 24, 1-11.
- Alves, L. & Carvalho, P. 2014. Ecomuseus e Desenvolvimento local: o caso do Ecomuseu Tradições do Xisto (Serra da Lousã). *DELOS – Desarrollo Local Sostenible*. 20:1-20.
- Alves, L. & Cordeiro, B. 2012. *Os Penedos de Góis – Geomorfologia, Geologia e Paisagem: a importância de classificar o Património Natural*. Relatório Técnico. Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã (ed.). Góis. 297 pp.
- Antoušková, Michaela *et al.* 2014. Hikers’ Motives for Choosing a Hiking Trail - Evidence from the Czech Landscape Protected Areas. *SHS Web of Conferences* 12, 010 75, 1-7.
- Backlund, E.A.; Stewart, W.; Schwartz, Z. & McDonald, C. 2006. *Backcountry Day Hikers at Grand Canyon National Park*. Park Planning and Policy Lab. Universidade de Illinois. Champaign. 97 pp.
- Balmford, A. *et al.* 2009. A global perspective of trends in nature-based tourism. *PLoS Biology*, 7(6), 1-6.
- Boller, F.; Hunziker, M.; Conedera, M.; Elsasser, H. & Krebs, P. 2010. Fascinating Remoteness: The Dilemma of Hiking Tourism Development in Peripheral Mountain Areas – Results of a Case Study in Southern Switzerland. *Mountain Research and Development*. 30:320-331.
- Bruno, M. *et al.* 2011. Perfil dos visitantes do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). *e-Scientia*, 4(1), 12-20. Brasil: UniBH.
- Burtscher, M. & Ponchia, A. 2010. The risk of cardiovascular events during leisure time activities at altitude. *Prog Cardiovasc Dis.*, 52, 507-11.
- Carvalho & Alves 2020a. Áreas Protegidas e Gestão Territorial. O Caso da Serra da Lousã. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Carvalho, P. & Alves, L. 2021b. Pedestrianismo, festivais de caminhadas e turismo de natureza. O exemplo do Pampilhosa da Serra Walking Weekend. *Cadernos de Geografia*, 43, 25-38.
- Carvalho, A. F. & Amaro, P.N.A. 1996. *Guia da Rede de Percursos da Serra da Lousã*. Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza (ed.). Coimbra. 160
- Cavaco, C. & Simões, J. 2009. Turismos de nicho: uma introdução. In Simões, J.; Ferreira, C. (coord.), *Turismos de nicho. Motivações, produtos, territórios* (15-39). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

- Cordeiro, B. 2017. *Biodiversidade e plantas invasoras: uma análise da percepção social*. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Biodiversidade e Biotecnologia Vegetal (especialidade em Biodiversidade), 109 pp.
- Cordell, H. *et al.* 1995. Long-term outdoor recreation participation trends. In Thompson, J., *et al.* (Eds.), *Proceedings of the Fourth International Outdoor Recreation Tourism Trends Symposium and the 1995 National Recreation Resource Planning Conference*, 35-38. Estados Unidos da América.
- Farias, E. & Monserrat, S. 2014. Los visitantes del parc natural de L'Alt Pirineu y la práctica de actividades recreativo-deportivas. Una propuesta de segmentación. *Pirineos-Revista de Ecología de Montaña* 169, 1-16.
- Fennell, D. 2008. *Ecotourism* (3ª ed.). Reino Unido: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Fredman, P.; Friberg, L. H. & Emmelin, L. 2006. *Visitor Surveys at Fulufjället – Before and After National Park Establishment*. Relatório Técnico. European Tourism Research Institute. 48 pp.
- Hall, C. M. & Page, S. J. 2006. *The Geography of Tourism and Recreation* (3ª ed.). Reino Unido: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Instituto de Turismo de España 2008. *Turismo de montaña*. Espanha: Turespaña.
- Joyner, L., Lackey, Q. & Bricker, K. 2018. Ecotourism Outlook 2018. *2018 Outlook Marketing Forum*. 7 pp.
- Kastenholz, E. & Rodrigues, Á. 2007. Discussing the Potential Benefits of Hiking Tourism in Portugal. *Anatolia: An International Journal of Tourism and Hospitality*, 18(1), 5-21.
- Kil, N.; Holland, S. & Stein, T. 2014. Structural relationships between environmental attitudes, recreation motivations, and environmentally responsible behaviors. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 16-25.
- Kouchener, F. & Lyard, J. 2001. A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais – Guia pedagógico para a elaboração e execução de um projecto de passeio pedestre”, *Inovação em Meio Rural*, Caderno No. 12, Observatório Europeu Leader. Bruxelas, Bélgica.
- Lane, B. 1999. *Trails and Tourism: the missing link – issues in partnering with the tourism Industry: A European perspective*.
- Lindemann – Mathies, P. 2016. Beasts or beauties? Laypersons' perception of invasive alien plant species in Switzerland and attitudes towards their management. *NeoBiota*. 29:15-33.
- Lynn, N. A. & Brown, R. D. 2003. Effects of recreational use impacts on hiking experiences in natural areas. *Landscape and Urban Planning*. 64, 77-87.
- Marion, J. L. & Wimpey, J. 2007. Environmental impacts of mountain biking: Science review and best practices. In Imba (Ed.), *Managing mountain biking*, 94-111. Estados Unidos da América: Internacional Mountain Biking Association Publishing.
- McNamara, K. & Prideaux, B. 2011. Planning Nature-based Hiking Trails in a Tropical Rainforest Setting. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 289-305.
- Monz, C. *et al.* 2010. Sustaining visitor use in protected areas: future opportunities in recreation ecology research based on the USA experience. *Environmental Management*, 45(3), 551–562. Estados Unidos da América.
- Newsome, D.; Moore, S. & Dowling, D. 2013. *Natural areas tourism: Ecology, impacts and management* (2ª ed.). Inglaterra: Channel View Publishing.
- Ocaña, C. *et al.* 2013. Incidencia del senderismo en la economía local. Un análisis empírico a propósito del Parque Natural Sierra de las Nieves (Málaga). *Anales de Geografía*, vol. 33, número 1, 161-192. Espanha.
- Pearce, D. G. & Butler, R. W. (Ed.) 2005. *Contemporary Issues in Tourism Development*. Reino Unido: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Reis, C.S.; Marchante, H.; Freitas, H. & Marchante, E. 2013. Public Perception of Invasive Plant Species: Assessing the impact of workshop activities to promote young students' awareness. *International Journal of Science Education*. 35:670-712.
- Rodrigues, Á. 2004. *Trilhos Pedestres e Turismo: uma análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Aveiro. Aveiro.
- Sarmiento, J. 2012. *Senderos Señalizados y Desarrollo Rural Sostenible*. Espanha: FEDME.
- Selm, M. & Jankowski, N. 2006. Conducting Online Surveys. *Quality & Quantity*. 40:435- 456.
- Seminario, M. 2008. *Perfil del Turista de Aventura*. Perú: PromPerú.
- Sharpley, R. 2009. *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?* Reino Unido: Earthscan.
- Stefanica, M. & Butnaru, G.I. 2015. Research on tourist's perception of the relationship between tourism and environment. *Procedia Economics and Finance*. 20:595- 600.

- Tomczyk, A. & Ewertowski, M. 2013. Planning of recreational trails in protected areas: Application of regression tree analysis and geographic information systems. *Applied Geography*, 40, 129-139.
- Torbidoni, E. 2011. Managing for recreational experience opportunities: the case of hikers in protected areas in Catalonia, Spain. *Environmental Management*, 47, 482-496.
- Tourisme en Bourgogne 2009. *Le Tourisme Pedestre en Bourgogne*. França.
- Tovar, Z. 2010. *Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal*. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Estoril.
- Weaver, D. 2006. *Sustainable Tourism: Theory and Practice*. Elsevier Butterworth-Heinemann. UK.
- Worboys, G. L. 2015. Introduction. In G. L. Worboys, M. Lockwood, A. Kothari, S. Feary & I. Pulsford (eds.), *Protected Area Governance and Management*. Canberra: ANU Press, 1-8.

Recibido: 28/11/2020
Reenviado: 08/10/2021
Aceptado: 11/10/2021
Sometido a evaluación por pares anónimos